

PODE A ERIKA HILTON FALAR? O SILENCIAMENTO DE CORPOS DISSIDENTES E A CISHETERONORMATIVIDADE NO CARNAVAL 2025

José Ilton Porto[1]
Bárbara Nascimento[2]
Claudia Lago[3]
Maria Luiza da Silva[4]

RESUMO
Este artigo examina o silenciamento da fala da deputada federal Erika Hilton na Marquês de Sapucaí durante o Carnaval de 2025, decorrente de um corte na transmissão realizado pela Rede Globo. A investigação discute como a cisheteronormatividade e o racismo se entrelaçam na exclusão de vozes dissidentes, fundamentando-se nos estudos decoloniais de gênero sob uma perspectiva interseccional. A partir desse caso, analisamos de que forma esses corpos dissidentes desafiam normas hegemônicas e refletimos sobre o papel dos meios de comunicação na promoção de uma sociedade mais inclusiva. Para isso, recorremos à Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), embasando a discussão nas contribuições teóricas de Collins (2020), González (2020), Lugones (2024) e Vergueiro (2014).

PALAVRAS-CHAVE: corpos dissidentes; cisheteronormatividade; racismo; interseccionalidade.

Desde que o samba nasceu, os protestos sempre estiveram presentes nas suas composições, nos barracões e nos desfiles das escolas. No entanto, um episódio no Carnaval de 2025, que marcou a abertura do desfile da Paraíso do Tuiuti na Marquês de Sapucaí, nos leva a questionar: quais corpos podem se manifestar sem sofrer silenciamento[5]?

Na terça de Carnaval, a escola da zona norte do Rio de Janeiro ocupou o sambódromo com um desfile histórico. “Quem Tem Medo de Xica Manicongo?” é o nome do samba-enredo composto por Claudio Russo e Gustavo Clarão para saudar a

[1] Jornalista, mestre e doutorando em Ciências da Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: iltonporto@usp.br
[2] Jornalista, mestra em Comunicação pela UFS e doutoranda do Programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: barbaranascimento@usp.br.
[3] Professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. É coordenadora do AlterGen –Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP). E-mail: claudia.lago07@usp.br.
[4] Relações Públicas e mestranda no Programa de Ciências da Comunicação da ECA-USP. E-mail: maria.paulino.silva@usp.br
[5] O título desta pesquisa faz uma analogia ao “Pode o Subalterno falar?”, um dos textos mais debatidos da crítica literária e feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1942-).

história de resistência da primeira mulher trans documentada no Brasil. Por não se encaixar no padrão cisheteronormativo de uma sociedade escravocrata, Xica quase foi queimada viva pelo Tribunal da Santa Inquisição, em Salvador (BA).

Cinco séculos depois, a realidade brasileira ainda assusta: pelo menos 122 pessoas trans foram assassinadas no Brasil em 2024, segundo dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)[6] , sendo 78% das vítimas negras e 66% com menos de 35 anos de idade.

Durante a concentração da escola na avenida, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), destaque na comissão de frente, fez um discurso contra a transfobia. Ovacionada pelo público presente no sambódromo, Erika foi vetada pela detentora dos direitos de transmissão do desfile das escolas.

A interrupção do discurso pela TV Globo exemplifica um padrão estrutural de silenciamento midiático de corpos dissidentes. Ao abordar a violência contra pessoas trans e travestis no Brasil, Hilton teve sua fala abruptamente cortada e substituída por comentários sobre a confecção de alegorias. Esse episódio, longe de ser um caso isolado, reflete a histórica exclusão de vozes trans na mídia hegemônica, evidenciando um mecanismo persistente de apagamento e censura.

Dessa forma, este artigo busca problematizar o episódio em questão e seus impactos no silenciamento dos corpos dissidentes, investigando como a cisheteronormatividade e o racismo se entrelaçam, a partir dos estudos decoloniais de gênero sob uma perspectiva interseccional. Para isso, optamos por analisar os seguintes conteúdos, a partir da metodologia proposta por Bardin (1977): a) censura da emissora à fala de Erika Hilton na abertura do desfile da Tuiuti e b) o discurso de Milton Cunha, comentarista do Carnaval Rede Globo. Fazemos a análise tomando como referência as contribuições teóricas de Collins (2020), González (2020), (Lugones, 2024), Vergueiro (2014).

[6] https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf

Ao discutir a exclusão das identidades dissidentes[7] da mídia hegemônica e seus desdobramentos na formação da opinião pública, pretende-se contribuir para o debate sobre a democratização dos meios de comunicação e a importância da representatividade trans e travesti na produção de narrativas.

Para María Lugones (2024), é essencial romper com a visão eurocêntrica e globalizada de gênero e sexo, adotando uma perspectiva interseccional que considere a relação entre raça e gênero. A abordagem da autora sobre a colonialidade de gênero enfoca os efeitos da construção cisheteronormativa na hierarquização das relações sociais. Essa construção define de forma binária e restrita o que significa ser homem ou mulher, baseando-se nas diferenças sexuais e nos órgãos genitais, sem considerar outras dimensões de identidade.

Para continuação desse diálogo, faz-se necessário evidenciar o conceito de cisheteronormatividade. Nesse sentido, buscamos os estudos da pesquisadora transfeminista Viviane Vergueiro (2014), que ajuda a pensar o conceito de cisgênero, cisnormatividade para chegar no conceito de cisheteronormatividade – essa matriz de inteligibilidade que enxerga todas as pessoas como cisgênero e heterossexual. Segundo Vergueiro (2014), a nomeação desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada decolonial no pensamento sobre identidades de gênero. Nomear a cisgeneridade em oposição a outros termos usados anteriormente, como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher etc. A pesquisadora ainda ressalta que o termo cis pode permitir que a gente desloque essa posição naturalizada da hierarquia superiorizada.

A mídia tradicional, enquanto espaço de produção e validação de discursos, tem desempenhado um papel central na manutenção da cisheteronormatividade, ao marginalizar ou reconfigurar narrativas que desafiam estruturas normativas. Nesse sentido, o corte da fala de Erika Hilton não se restringe a uma decisão pontual, mas se insere em um contexto mais amplo de exclusão de corpos dissidentes da esfera pública.

---

[7] Neste trabalho, usaremos o termo identidades dissidentes para se referir àquelas cuja identificação foge ao padrão da cisgeneridade (se identificar com o gênero atribuído no nascimento) e da heterossexualidade (se relacionar afetivamente/sentir atraída/o por pessoas do gênero oposto). Entendemos que as identidades são fluidas, construídas nas práticas sociais, no encontro com o Outro, em que o discurso possui um papel central. Desse modo, o gênero, assim como a raça e outros traços identitários, são construções discursivas (BUTLER, 2003).



Do ponto de vista dos estudos decoloniais (Lugones, 2024), o silenciamento de discursos trans é compreendido como um desdobramento das hierarquias coloniais que sustentam a marginalização de determinadas/os sujeitas(os). A mídia, ao validar determinadas vozes e suprimir outras, reforça dinâmicas de poder que estruturam a sociedade e delimitam quais narrativas são dignas de reconhecimento. Assim, a exclusão midiática da fala de Hilton não apenas compromete a pluralidade discursiva, mas também contribui para a manutenção de um imaginário social que nega agência a corpos trans e travestis. Além disso, a exclusão também corrobora o racismo. Não podemos esquecer que Erika Hilton é uma mulher trans negra. Ou seja, muito menos "palatável" em uma sociedade alterofóbica que exclui corpos dissidentes e pessoas negras. No silenciamento de Hilton vemos a interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2020) operando de forma muito concreta.

Gonzalez (2024) destaca o Carnaval carioca como um modelo nacional devido às escolas de samba, definindo-as como uma criação dos grupos proletários negros. Ao mesmo tempo, aponta a construção do arquétipo da "mulata" como uma violência simbólica contra mulheres negras, sustentada pelo mito da democracia racial. Essas noções ajudam a compreender a subversão dessa dinâmica no caso de Erika Hilton. Seu destaque no desfile da Paraíso do Tuiuti não ocorreu do posto de madrinha ou pela hipersexualização de seu corpo, mas por sua representatividade enquanto figura política e referência na luta LGBTQIA+. Além disso, ao integrar a comissão de frente e ostentar uma faixa presidencial, Erika transgrediu visualmente a lógica do poder, provocando reflexões sobre representatividade e autoridade.

Como afirma a autora, em seu texto Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira:

> "(...) na hora de mostrar o que eles chamam de "coisas nossas", é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. Quando querem falar do charme, da beleza da mulher brasileira, pinta logo a imagem de gente queimada da praia, de andar rebolativo, de meneios no olhar, de requebros e faceirices. E culminando pinta esse orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente põe o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto, e o rei é Escravo" (GONZÁLEZ, 2020, p. 80-81).

A lógica descrita por Gonzalez reflete-se na atuação da Rede Globo, que, ao mesmo tempo em que lucra com a transmissão do Carnaval, define quais corpos e discursos podem ser amplificados ou silenciados. Erika Hilton rompeu com essa narrativa ao ocupar um espaço historicamente negado a pessoas trans e negras, evidenciando as contradições de um sistema que se apropria da cultura negra, mas restringe sua expressão política.

Outro ponto emblemático da transmissão do desfile da Tuiuti foi o discurso do carnavalesco Milton Cunha em apoio à comunidade LGBTQIA+. Ele agradeceu à escola por dar visibilidade ao movimento e fez um apelo contra o assassinato de pessoas da comunidade: "Parem de nos matar!"

As declarações de Milton Cunha foram, sem dúvida, emocionantes e de grande relevância. No entanto, é importante questionarmos: quem é Milton Cunha? Ele é um homem cisgênero e gay, o que coloca sua posição dentro de um espectro de identidades de gênero e sexuais em um contexto de privilégio. Homens gays cisgêneros ocupam uma posição privilegiada na sociedade, em comparação com outras identidades dissidentes. A sociedade tende a hierarquizar as identidades sexuais e de gênero, colocando os homens cisgêneros gays em uma posição mais protegida, devido à sua maior conformidade com a norma social. Esta normatividade hierarquiza as pessoas dentro da sociedade. “A norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2001, p.9). Nesta lógica, segundo Louro (2001, p.9), “a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas (e demais identidades dissidentes) são descritos como desviantes da norma [cis]heterossexual”. Desse modo, as sociedades realizam um discurso que, concebe “os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (LOURO, 2001, p.9). Ou seja, quanto mais distante um indivíduo se encontra da cisheteronormatividade, como é o caso das pessoas trans, maior é a probabilidade de sofrer retaliações e silenciamento.

Ele também agradeceu à Globo por tê-lo incluído em suas produções e dado visibilidade. "Obrigado, TV Globo, por me contratar. Eu, uma maricona velha, assumida, idosa, estou aqui, falando. Viva todos os seres humanos!". Neste momento, o narrador Alex Escobar deu uma risada. Talvez os telespectadores ou até mesmo o

próprio Escobar, que é um homem cisgênero e heterossexual, não reconheçam que o riso, muitas vezes, posiciona pessoas LGBTQIA+ como objeto de piada, como se a identidade e modo de ser só fossem validados quando associados ao humor. Nesse contexto, as palavras proferidas por Milton Cunha foram propositais, usando da linguagem queer[8], rompendo com a cisheteronormatividade, com a intenção de evidenciar que não existe qualquer característica que justifique a exclusão de corpos dissidentes de quaisquer espaços, incluindo o ambiente de trabalho.

Erika pode ocupar uma posição de destaque na comissão de frente ou em um carro alegórico, mas isso ainda parece ser insuficiente para romper com as barreiras que destinam pessoas trans e negras ao campo da exotização. Enquanto isso, Milton, a partir de seu lugar, é quem se encarrega de tecer os comentários e "dar voz às pessoas trans". No entanto, é Erika quem é atravessada pelos marcadores de gênero e raça.

A repercussão do episódio, amplificada por usuários das mídias sociais que acusaram a emissora de censura, ressalta a crescente disputa por espaços de fala e representação. Embora a TV Globo tenha optado por não exibir o discurso de abertura do desfile, vídeos registrados por espectadores no local se disseminaram rapidamente nas plataformas digitais, evidenciando a resistência de grupos historicamente silenciados e a disputa por novas formas de visibilidade e reconhecimento.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo, Boitempo, 2020. recurso digital.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar.

GONZALEZ, Lélia. 2024. **Festas Populares no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2024.

LOURO, Guacira. (Org.) **Pedagogias da Sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.07-32.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. 244p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015

[8]É um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade. Queer pode ser considerado questionador, transgressor, ambíguo. (LOURO, 2001).